



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639980 - SP (2021/0012380-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADRIANO LINO MENDONCA - MG120023
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CICERO WESLEY DA CRUZ SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CICERO WESLEY DA CRUZ SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2278220-96.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido analisada a possibilidade de substituição do cárcere por cautelares alternativas.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento final do *writ*. E, no mérito, pugna pela revogação da preventiva ou, subsidiariamente, pela cassação da decisão que decretou a medida extrema para que outra seja prolatada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

A decisão de primeiro grau, ratificada pelo aresto impugnado, deixou assente a necessidade da prisão preventiva, destacando o seguinte (e-STJ fl. 27):

[...] conforme se entrevê do teor da FA e certidões, responde a outros processos e inquéritos policiais, e ainda deu causa a suspensão de um dos processos criminais pelo artigo 366 CPP, o que bem evidencia que a restituição do autuado à liberdade certamente causará prejuízo à instrução criminal, mister se faz sua custódia cautelar, ao menos até sua citação, visando não causar prejuízos a aplicação da lei penal.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a

preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade' (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência